

NOTA DE CONFERÊNCIA DA DOCUMENTAÇÃO DOS PROCESSOS DE PENSÃO POR MORTE	
REF.: REGULAMENTO GERAL DO RPPS-PA/2017 (ART. 37, INCISO II) E DEMAIS LEGISLAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	
ITEM	DOCUMENTAÇÃO DE EX-SEGURADO FALECIDO NA ATIVIDADE – PROFESSORES DA SEDUC (APÓS LC 128/2020)
1	CERTIDÃO DE ÓBITO OU SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO QUE RECONHECER O ESTADO DE MORTE PRESUMIDA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CASAMENTO DO EX-SEGURADO COM AVERBAÇÃO DA SENTENÇA DE MORTE PRESUMIDA (CÓPIA CONFERIDA COM A VIA ORIGINAL);
2	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO OFICIAL COM FOTO E CPF (CÓPIA CONFERIDA COM A VIA ORIGINAL);
3	COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA DO MÊS ANTERIOR AO ÓBITO (CÓPIA CONFERIDA COM A VIA ORIGINAL);
4	DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO RELATIVO À ÚLTIMA REMUNERAÇÃO PERCEBIDA PELO EX-SEGURADO (CÓPIA CONFERIDA COM A VIA ORIGINAL);
5	ATO COMPLETO DE INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO (CÓPIA CONFERIDA COM A VIA ORIGINAL). EM CASO DE EXTRAVIO PODE SER APRESENTADO ATESTADO <u>ORIGINAL</u> DO ÓRGÃO/ENTIDADE DE ORIGEM, OU DOCUMENTO SIMILAR, MENCIONANDO TODAS AS INFORMAÇÕES FUNCIONAIS REFERENTES AO INGRESSO, INCLUSIVE O REGIME JURÍDICO DO EX-SEGURADO E A LEGISLAÇÃO QUE REGULAMENTA O VÍNCULO; <b>OBS: No caso de inexistência do referido documento, deve ser providenciada a regularização funcional do ex-segurado com a elaboração de ato funcional expedido pelo órgão/entidade de origem, com efeitos retroativos.</b>
6	HISTÓRICO FUNCIONAL E FINANCEIRO ATUALIZADO, COM A IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL DO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO E PELO SETOR, NOS TERMOS DO §4º, DO ART. 24, DO RGRPPS-PA/2017 (VIA ORIGINAL);
7	CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO (CONTAGEM DE TEMPO ANTES E APÓS 1998), TANTO DO INSS QUANTO DE OUTROS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA, SE FOR O CASO (VIA ORIGINAL);
8	LAUDO MÉDICO PERICIAL EMITIDO PELO ESTADO OU POR INSTITUIÇÃO CREDENCIADA PELO PODER PÚBLICO OU DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE ORIGEM QUE <b>ATESTA QUE O ÓBITO FOI DECORRENTE DO EXERCÍCIO DO CARGO OU FUNÇÃO, DE ACIDENTE DE QUALQUER NATUREZA OU DE DOENÇA PROFISSIONAL OU DO TRABALHO</b> , SE FOR O CASO (VIA ORIGINAL); <b>OBS: Este documento só será necessário se o (a) requerente for cônjuge/companheiro (a).</b>
9	DECISÃO JUDICIAL REFERENTE À NÃO APLICAÇÃO DO TETO CONSTITUCIONAL OU QUAISQUER OUTROS CASOS QUE IMPLIQUEM EM ALTERAÇÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, BEM COMO A RESPECTIVA CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO, SE HOUVER (CÓPIA CONFERIDA COM A VIA ORIGINAL);
10	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DO DIREITO AO <b>RECEBIMENTO DE PARCELAS INCORPORÁVEIS AOS PROVENTOS DE PENSÃO</b> , SE FOR O CASO, TAIS COMO: <u>CERTIFICADO DE NÍVEL SUPERIOR NO CASO DA GRATIFICAÇÃO DE ESCOLARIDADE E PROGRESSIVA, TERMO DE ADEÇÃO AO ACORDO DO SISPEMB, CERTIFICADO DE PÓS-GRADUAÇÃO NOS CASOS DE GRATIFICAÇÃO DE TITULARIDADE, ETC.</u> (CÓPIA CONFERIDA COM A VIA ORIGINAL);
11	NOTA TÉCNICA, INFORMANDO ACERCA DO <b>EFETIVO EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES DE MAGISTÉRIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO</b> , ESPECIFICANDO OS PERÍODOS E INDICANDO O TEMPO TOTAL, SE FOR O CASO (VIA ORIGINAL);
12	DECLARAÇÃO EMITIDA PELA SEDUC ESPECIFICANDO O PERÍODO E INDICANDO O <b>TEMPO TOTAL EM QUE O SERVIDOR PERCEBEU A PARCELA PRÓ-LABORE/AULA SUPLEMENTAR EM SUA REMUNERAÇÃO</b> (VIA ORIGINAL), DEVENDO ANEXAR FICHA FINANCEIRA QUE COMPROVE O MÊS DE INÍCIO, SE FOR O CASO (CÓPIA CONFERIDA COM O ORIGINAL); <b>OBS: Eventual interrupção deverá ser informada no documento supra.</b>
13	DECLARAÇÃO EMITIDA PELO ÓRGÃO DE ORIGEM QUANTO AO <b>EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE MAGISTÉRIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL</b> , ESPECIFICANDO A LOTAÇÃO, SE FOR O CASO (VIA ORIGINAL);
14	DECLARAÇÃO EMITIDA PELO ÓRGÃO DE ORIGEM ACERCA DO NÚMERO DE ALUNOS DA UNIDADE ESCOLAR REFERENTE AO PERÍODO EM QUE O <b>SERVIDOR EXERCEU A FUNÇÃO GRATIFICADA DE DIREÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR INCORPORADA</b> , SE FOR O CASO (VIA ORIGINAL); <b>OBS: Somente servidores da SEDUC que receberem a parcela Gratificação de Direção.</b>
15	DECLARAÇÃO EMITIDA PELO ÓRGÃO/ENTIDADE NO QUAL O SERVIDOR EXERCEU AS FUNÇÕES DE MAGISTÉRIO, ESPECIFICANDO SE O REFERIDO EXERCÍCIO FOI RELATIVO À EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL OU MÉDIO, NO CASO DE <b>PROFESSOR QUE TENHA AVERBADO CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO OU CONTRIBUIÇÃO DAS ESFERAS FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL OU INSS</b> , SE FOR O CASO (VIA ORIGINAL).
13	<b>SERVIDOR QUE MIGROU PARA O REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR:</b> PROCESSO ADMINISTRATIVO DE BENEFÍCIO ESPECIAL (INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 003/2023-GABS-SEPLAD/IGEPREV, DE 14.07.2023 – DOE 35.476).